

**PLANO NACIONAL
DE COMPRAS PÚBLICAS
2011**

- ANÁLISE INTERCALAR -

Índice

1	Introdução.....	3
2	O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) em 2011.....	4
	2.1 Acordos quadro	4
	2.2 Entidades voluntárias aderentes	5
	2.3 Poupanças alcançadas	6
3	Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	7
	3.1 Centralização de aquisições nas Unidades Ministeriais de Compras.....	7
4	Notas prévias.....	8
5	Plano Nacional de Compras Públicas 2011 – Análise intercalar	9
6	Planos Ministeriais de Compras	18
	6.1 Presidência do Conselho de Ministros (PCM)	18
	6.2 Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)	18
	6.3 Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP)	19
	6.4 Ministério da Defesa Nacional (MDN).....	19
	6.5 Ministério da Administração Interna (MAI)	20
	6.6 Ministério da Justiça (MJ).....	21
	6.7 Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID).....	21
	6.8 Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)	22
	6.9 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)	22
	6.10 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT).....	23
	6.11 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)	24
	6.12 Ministério da Saúde (MS)	25
	6.13 Ministério da Educação (ME)	26
	6.14 Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)	26
	6.15 Ministério da Cultura (MC)	27
7	Plano Anual de Necessidades do PVE.....	29
	7.1 Veículos Automóveis e Motociclos	29
	7.2 Seguro Automóvel	30
8	Conclusões	31

1 Introdução

De acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento n.º 330/2009, de 30 de Julho (Regulamento do Sistema Nacional de Compras Públicas), é competência da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), elaborar anualmente o Plano Nacional de Compras Públicas (PNCP), incorporando os Planos Ministeriais de Compras, o compromisso relativo às compras públicas ecológicas, bem como os objectivos e metas a atingir tendo em conta as orientações estratégicas para as compras públicas aprovadas pelo Governo.

O artigo 24º do referido Regulamento, no seu ponto 4º, estabelece ainda que deve a ANCP elaborar, com periodicidade semestral, relatório sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e os resultados intercalares alcançados pelas entidades vinculadas.

Dando cumprimento ao disposto neste último artigo, a ANCP solicitou a todas as Unidades Ministeriais de Compras (UMC) a recolha e validação dos dados relativos ao cumprimento do PNCP 2011, a 30 de Junho, bem como a revisão do valor estimado com as aquisições para todo o ano de 2011.

2 O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) em 2011

2.1 Acordos quadro

No âmbito da sua actuação, a ANCP celebrou já acordos quadro em 15 categorias de bens e serviços, abrangendo aproximadamente 80% da despesa em necessidades transversais da Administração Pública, avaliada em cerca de mil milhões de euros.

Em 2011 foram já concluídos procedimentos de renovação de quatro acordos quadro.

Acordos quadro renovados em 2011:

Categorias dos acordos quadro renovados	Data de entrada em vigor
Seguro Automóvel – 2011 (SA)	Fevereiro 2011
Cópia e Impressão – 2011 (CI)	Abril 2011
Papel, Economato e Consumíveis de Impressão – 2011 (PECI)	Abril 2011
Equipamento Informático – 2011 (EI)	Agosto 2011

Encontra-se em processo de renovação o acordo quadro de Veículos Automóveis e Motociclos, que deverá entrar em vigor no último trimestre de 2011.

Foram já celebrados acordos quadro em duas novas categorias:

Acordos quadro em novas categorias celebrados em 2011:

Categorias dos novos acordos quadro	Data de entrada em vigor
Veículos Eléctricos	Setembro 2011
Viagens e Alojamentos	Setembro 2011

Está ainda a decorrer o procedimento tendente à celebração de um acordo quadro em mais uma nova categoria:

Concursos a decorrer:

Categoria do concurso a decorrer	Data prevista para entrada em vigor ⁽¹⁾
Electricidade	Outubro 2011

⁽¹⁾ Assumindo que o procedimento decorre sem interrupções legais ou outras não previsíveis ou imputáveis à ANCP.

Por último, refere-se que foi publicada a 14 de Março a Portaria 103/2011, que actualiza a lista de categorias de bens e serviços abrangidas por acordos quadro celebrados pela ANCP.

2.2 Entidades voluntárias aderentes

A ANCP prosseguiu em 2010 o seu objectivo de alargar a base de entidades que aderiram ao SNCP. A 30 de Junho de 2011 eram já 394 as entidades voluntárias aderentes.

Tipologia de entidade	Total de adesões até 31 Dez 10	Total de adesões até 30 Jun 11	Δ (%)
Administração Autónoma	25	34	+ 36,0%
Autarquias Locais	186	225	+ 21,0%
Sector Empresarial do Estado	47	60	+ 27,7%
Sector Empresarial Local	42	57	+ 35,7%
Outras Pessoas Colectivas	13	18	+ 38,5%
TOTAL	313	394	+ 25,9%

O que cada tipologia compreende:

- Administração Autónoma: Órgãos e serviços da administração regional, Associações Públicas e Privadas de Direito Público, Ordens Profissionais, Institutos Públicos integrados nas Regiões Autónomas
- Autarquias Locais: Municípios e Freguesias
- Sector Empresarial do Estado: EPE, Sociedades Anónimas de capitais públicos, Empresas Públicas (EP)
- Sector Empresarial Local: Entidades Empresariais Municipais (EEM), Empresas Municipais (EM) e Entidades Empresariais Intermunicipais (EIM)
- OPC (Outras Pessoas Colectivas): Entidades Reguladoras, Entidades Regionais de Turismo, Centrais de Compras

Em paralelo, a ANCP tem vindo a desenvolver um esforço no sentido de sensibilizar as entidades voluntárias aderentes, e que ainda não o tenham feito, a aderir a todos os acordos quadro mediante a assinatura de uma adenda ao contrato de adesão.

Este esforço traduziu-se no aumento significativo do peso das entidades voluntárias que aderiram a todos os acordos quadro ao longo do primeiro semestre de 2011. Com efeito, se a 31 de Dezembro de 2010 pouco mais de metade das entidades voluntárias tinham aderido a todos os acordos quadro (56,5%), no final de Junho eram já 84,4%.

2.3 Poupanças alcançadas

A 22 de Março de 2011 realizou-se a reunião da Comissão Interministerial de Compras onde foi apresentado e aprovado o Modelo de Cálculo de Poupanças no SNCP, que apurou mais de €168 milhões de poupança para o período 2009-2010.

3 Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

3.1 Centralização de aquisições nas Unidades Ministeriais de Compras

O quadro seguinte mostra quais as categorias alvo de despacho de centralização em cada UMC.

Categorias de Bens e Serviços centralizadas nas Unidades Ministeriais de Compras

Categorias de Bens e Serviços centralizadas nas Unidades Ministeriais de Compras																
Ministério / Acordo Quadro	SMT	EI	CI	PECI	LS	CR	Energia	VS	HL	SFTRD	VA	Mobiliário	PEC	Refeições	N.º Categorias	Despacho / Portaria (Status)
MADRP	X			X		X		X	X						5	Despacho 10224/09, 17.04
MAOT			X	X		X			X						4	Despacho 13481/09, 09.06
MC	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	13	Despacho 16922/09, 23.07; Despacho 8847/11, 5.07
MEID	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14	Despacho 18806/09, 14.08
MFAP	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14	Despacho 13477/09, 09.06
MJ	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14	Despacho 8293/09, 24.03
MNE	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X		10	Despacho 21286/09, 22.09
MOPTC	X	X	X	X				X	X						6	Despacho 8551/09, 26.03
MS	X	X	X	X		X		X	X		X	X			9	Despacho 8294/09, 24.03; Despacho 78/10, 09.04
MTSS	X			X		X			X						4	Despacho 18689/09, 13.08
MDN	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14	Despacho 7574/10, 30.04
ME		X	X	X	X	X		X	X				X		8	Despacho 13646/10, 26.08
MAI	X	X	X	X		X	X	X	X	X			X		10	Despacho 8846/11, 5.07
MCTES																
PCM																

SMT - Serviço Móvel Terrestre
LS - Licenciamento de Software
SFTRD - Serviço Fixo Terrestre e Rede de Dados
EI - Equipamento Informático
CR - Combustíveis Rodoviários
VA - Viagens e Alojamentos
CI - Cópia e Impressão
VS - Vigilância e Segurança
PEC - Plataformas Electrónicas de Contratação
PECI - Papel, Economato e Consumíveis de Impressão
HL - Higiene e Limpeza

No primeiro semestre de 2011 não houve qualquer alteração ao quadro legal que atribui competências às várias UMC para a condução de procedimentos aquisitivos de forma centralizada.

Em Julho de 2011 foram publicados o despacho de centralização no MAI (10 categorias, através do Despacho nº 8846/11, de 5 de Julho), bem como o despacho que determinou o alargamento de competências de centralização de procedimentos da UMC no MC (8847/11, de 5 de Julho), com mais 4 categorias.

4 Notas prévias

Importa esclarecer que os quadros a apresentar e as análises efectuadas não incluem dados referentes à PCM e à ACSS (MS) pois até à data não foi reportada à ANCP a informação solicitada.

Os dados agora submetidos pelas UMC permitem identificar diferenças muito significativas face aos que foram reportados no âmbito do PNCP 2011.

Estas diferenças explicam-se em grande parte pelo facto de o número de organismos que reportou a informação solicitada à respectiva UMC em cada momento não ser coincidente, havendo casos em que o número de organismos duplicou e outros em que diminuiu significativamente.

Verificam-se também casos em que os dados enviados por algumas UMC apresentam fraca aderência à realidade, o que dificulta uma análise mais completa.

Independentemente destes factos, e salvo as excepções devidamente identificadas na análise de cada Ministério, a ANCP assume que os dados submetidos por cada UMC representam o respectivo Ministério no seu todo.

5 Plano Nacional de Compras Públicas 2011 – Análise intercalar

De seguida procurar-se-á fazer uma análise do agregado dos dados submetidos pelas UMC (valores sem IVA).

Quadro 1 - Total das categorias - Resumo dos dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Valor Total das Aquisições do Ministério para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011) (A)	Estimativa do total das aquisições para o ano de 2011		Total de aquisições realizadas até 30/06/11	
		Em valor (B)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (B)/(A)	Em valor (C)	% Total estim. revista 2011 (C)/(B)
MADRP	€ 102 059 530,43	€ 36 452 242,92	35,7%	€ 14 060 974,68	38,6%
MAI	€ 71 805 300,00	€ 104 858 941,11	146,0%	€ 52 815 742,99	50,4%
MAOT	€ 26 722 808,63	€ 91 611 520,47	342,8%	€ 25 435 347,57	27,8%
MC	€ 21 143 000,70	€ 29 961 350,04	141,7%	€ 11 662 380,85	38,9%
MCTES	€ 1 498 910,54	€ 5 330 730,61	355,6%	€ 2 239 208,65	42,0%
MDN	€ 26 695 361,26	€ 279 664 149,73	1047,6%	€ 146 421 287,74	52,4%
ME	€ 96 163 232,72	€ 91 419 691,13	95,1%	€ 22 941 120,58	25,1%
MEID	€ 6 568 800,00	€ 9 319 851,61	141,9%	€ 3 321 156,63	35,6%
MFAP	€ 68 793 155,00	€ 138 360 722,14	201,1%	€ 64 841 944,41	46,9%
MJ	€ 52 863 253,00	€ 57 940 939,54	109,6%	€ 21 393 155,91	36,9%
MNE	€ 16 056 176,58	€ 14 940 748,06	93,1%	€ 6 876 060,30	46,0%
MOPTC	€ 23 302 635,57	€ 7 952 368,60	34,1%	€ 4 020 075,72	50,6%
MS-UMC	€ 175 041 966,47	€ 385 404 599,70	220,2%	€ 193 448 667,28	50,2%
MS-ACSS					
MTSS	€ 84 934 724,34	€ 210 459 327,65	247,8%	€ 133 424 763,68	63,4%
PCM					
Consolidado	€ 773 648 855,24	€ 1 463 677 183,31	189,2%	€ 702 901 886,99	48,0%

Verificam-se, em praticamente todos os Ministérios, diferenças bastante significativas entre o total reportado no PNCP 2011 para o total do ano e a estimativa agora apresentada. Com efeito, o valor agora indicado para o total de aquisições a realizar em 2011 é cerca de 89% superior ao reportado no PNCP 2011, o que contrasta de forma clara com a cada vez maior pressão para redução e racionalização da despesa pública (Quadro 1).

No primeiro semestre de 2011 foram realizadas aquisições correspondentes a 48% do total estimado para 2011, com um nível de execução que oscila entre os 25% do ME e os 63% do MTSS.

O Quadro 2 permite ver o peso das aquisições efectuadas ao abrigo de acordos quadro face ao montante total de aquisições, em todas as categorias, reportado pelas UMC. Algumas apresentam níveis muito baixos (em 5 casos o peso das aquisições efectuadas ao abrigo de acordos quadro é mesmo inferior a 10%). Estes valores serão analisados mais em detalhe no capítulo dedicado a cada Ministério.

Quadro 2 - Total das categorias - Resumo dos dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das Aquisições ao abrigo de AQ para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011)		Total de aquisições ao abrigo de acordos quadro da ANCP realizadas até 30/06/11		Nº total de procedimentos de aquisições realizadas até 30/06/11 (F)
	Em valor (D)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (D)/(A)	Em valor (E)	% Total Aquisições até 30Jun11 (E)/(C)	
MADRP	€ 10 065 443,22	9,9%	€ 2 592 382,47	18,4%	2857
MAI	€ 24 998 300,00	34,8%	€ 9 539 158,86	18,1%	9214
MAOT	€ 8 657 708,10	32,4%	€ 964 399,97	3,8%	2560
MC	€ 4 042 433,13	19,1%	€ 91 015,69	0,8%	2434
MCTES	€ 469 323,93	31,3%	€ 253 021,80	11,3%	249
MDN	€ 5 778 306,82	21,6%	€ 4 139 929,43	2,8%	19110
ME	€ 67 410 816,72	70,1%	€ 4 559 030,73	19,9%	106030
MEID	€ 6 568 800,00	100,0%	€ 2 066 384,46	62,2%	720
MFAP	€ 40 131 669,00	58,3%	€ 6 081 846,80	9,4%	1596
MJ	€ 46 625 070,00	88,2%	€ 6 754 287,03	31,6%	5849
MNE	€ 4 525 363,58	28,2%	€ 1 008 674,15	14,7%	1188
MOPTC	€ 9 355 343,47	40,1%	€ 961 448,47	23,9%	620
MS-UMC	€ 47 582 225,10	27,2%	€ 9 493 766,75	4,9%	11560
MS-ACSS					
MTSS	€ 48 125 372,43	56,7%	€ 16 156 434,85	12,1%	14439
PCM					
Consolidado	€ 324 336 175,50	41,9%	€ 64 661 781,45	9,2%	178426

Importa ainda salientar o potencial ainda existente para aumento do nível de centralização das aquisições nas UMC, para todas as categorias. No total dos Ministérios, as aquisições realizadas de forma centralizada durante o primeiro semestre de 2011 representaram menos de 7% do total de aquisições efectuadas nesse período, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Total das categorias - Resumo dos dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das Aquisições centralizadas na UMC para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011)		Total de aquisições centralizadas na UMC realizadas até 30/06/11	
	Em valor (G)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (G)/(A)	Em valor (H)	% Total Aquisições até 30Jun11 (H)/(C)
MADRP	€ 6 388 722,31	6,3%	€ 1 618 512,16	11,5%
MAI	€ 18 521 000,00	25,8%	€ 7 322 160,01	13,9%
MAOT	€ 2 011 622,70	7,5%	€ 376 340,19	1,5%
MC	€ 3 387 636,02	16,0%	€ 2 228 780,97	19,1%
MCTES	€ 3 449,66	0,2%	€ 4 379,21	0,2%
MDN	€ 7 009 064,10	26,3%	€ 2 319 904,91	1,6%
ME	€ 23 240 000,00	24,2%	€ 4 255 699,13	18,6%
MEID	€ 6 418 800,00	97,7%	€ 2 266 576,96	68,2%
MFAP	€ 40 118 015,00	58,3%	€ 4 352 528,61	6,7%
MJ	€ 47 132 390,00	89,2%	€ 14 396 871,32	67,3%
MNE	€ 15 154 074,91	94,4%	€ 3 100 397,05	45,1%
MOPTC	€ 6 973 376,12	29,9%	€ 1 044 622,14	26,0%
MS-UMC	€ 42 385 424,62	24,2%	€ 557 839,12	0,3%
MS-ACSS				
MTSS	€ 20 878 293,83	24,6%	€ 3 104 083,76	2,3%
PCM				
Consolidado	€ 239 621 869,27	31,0%	€ 46 948 695,55	6,7%

As UMC do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ministério da Justiça destacaram-se, de acordo com os dados reportados, pelo maior peso das aquisições

resultantes de procedimentos centralizados no total das aquisições, respectivamente 68,2% e 67,3%.

Pelo contrário, as aquisições resultantes de procedimentos centralizados nas UMC do MAOT, MCTES, MDN, MS (UMC) e MTSS corresponderam a menos de 2,5% do total de aquisições realizadas no primeiro semestre de 2011 por cada UMC.

Quadro 4 - Total das categorias - Resumo dos dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das aquisições com critérios ecológicos realizadas até 30/06/11		Nº total de procedimentos de aquisições com critérios ecológicos, até 30/06/11	
	Em valor (I)	% Total Aquisições até 30Jun11 (I)/(C)	Nº de procedimentos (J)	% Total Procedimentos até 30Jun11 (J)/(F)
MADRP	€ 2 300 928,96	16,4%	150	5,3%
MAI	€ 9 962 129,12	18,9%	207	2,2%
MAOT	€ 1 483 037,90	5,8%	76	3,0%
MC	€ 832 142,36	7,1%	32	1,3%
MCTES	€ 741 701,79	33,1%	0	0,0%
MDN	€ 4 320 436,99	3,0%	1885	9,9%
ME	€ 4 803 251,59	20,9%	10911	10,3%
MEID	€ 1 139 963,65	34,3%	14	1,9%
MFAP	€ 11 331,10	0,0%	0	0,0%
MJ	€ 1 137 761,61	5,3%	1937	33,1%
MNE	€ 892 804,09	13,0%	15	1,3%
MOPTC	€ 138 284,41	3,4%	11	1,8%
MS-UMC	€ 20 343 723,48	10,5%	1982	17,1%
MS-ACSS				
MTSS	€ 5 496 583,41	4,1%	455	3,2%
PCM				
Consolidado	€ 53 604 080,47	7,6%	17675	9,9%

O Quadro 4 diz respeito a compras ecológicas, e permite concluir que menos de 8% do valor total das aquisições de todas as UMC resultaram de procedimentos com critérios ecológicos. O número de procedimentos com critérios ecológicos não chegou dos 10% do total.

Numa análise a nível ministerial, também aqui se verificam desvios muito significativos quanto ao total de aquisições para 2011 agora revisto face ao indicado no âmbito do PNCP 2011. (Quadro 5). Em termos consolidados, contudo, o total agora reportado como estimativa para o total de 2011 representa 92,6% do valor indicado no PNCP 2011.

Quadro 5 - Categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro - Dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Valor Total das Aquisições do Ministério para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011) (1)	Estimativa do total das aquisições para o ano de 2011		Total de aquisições realizadas até 30/06/11	
		Em valor (2)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (2)/(1)	Em valor (3)	% Total estim. revista 2011 (3)/(2)
MADRP	€ 11 797 357,47	€ 11 267 415,65	95,5%	€ 4 945 483,67	43,9%
MAI	€ 40 607 300,00	€ 28 033 955,85	69,0%	€ 17 423 263,26	62,2%
MAOT	€ 12 176 371,93	€ 12 362 653,03	101,5%	€ 4 562 267,58	36,9%
MC	€ 6 665 779,59	€ 8 356 983,66	125,4%	€ 5 927 848,12	70,9%
MCTES	€ 411 972,16	€ 450 081,37	109,3%	€ 229 075,23	50,9%
MDN	€ 10 227 948,00	€ 9 627 503,67	94,1%	€ 5 263 332,48	54,7%
ME	€ 67 260 816,72	€ 59 817 461,62	88,9%	€ 6 887 971,83	11,5%
MEID	€ 6 568 800,00	€ 6 017 838,04	91,6%	€ 2 125 802,24	35,3%
MFAP	€ 40 498 301,00	€ 15 053 402,18	37,2%	€ 7 764 200,62	51,6%
MJ	€ 47 022 390,00	€ 41 260 948,81	87,7%	€ 12 534 319,52	30,4%
MNE	€ 5 820 976,58	€ 5 829 743,34	100,2%	€ 2 516 088,95	43,2%
MOPTC	€ 11 351 446,19	€ 1 832 246,84	16,1%	€ 1 235 480,55	67,4%
MS-UMC	€ 51 235 345,27	€ 73 031 092,57	142,5%	€ 21 458 750,14	29,4%
MS-ACSS					
MTSS	€ 55 253 405,16	€ 66 722 112,50	120,8%	€ 45 645 855,35	68,4%
PCM					
Consolidado	€ 366 898 210,07	€ 339 663 439,13	92,6%	€ 138 519 739,53	40,8%

O baixo nível de utilização dos acordos quadro para aquisições realizadas no primeiro semestre de 2011 nestas categorias é o principal ponto a destacar no Quadro 6.

Quadro 6 - Categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro - Dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das Aquisições ao abrigo de AQ para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011)		Total de aquisições ao abrigo de acordos quadro da ANCP realizadas até 30/06/11		Nº total de procedimentos de aquisições realizadas até 30/06/11 (6)
	Em valor (4)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (4)/(1)	Em valor (5)	% Total Aquisições até 30Jun11 (5)/(3)	
MADRP	€ 9 489 414,07	80,4%	€ 2 592 382,47	52,4%	200
MAI	€ 24 998 300,00	61,6%	€ 9 539 158,86	54,7%	920
MAOT	€ 8 521 904,10	70,0%	€ 944 185,43	20,7%	454
MC	€ 3 951 780,24	59,3%	€ 91 015,69	1,5%	72
MCTES	€ 419 323,93	101,8%	€ 253 021,80	110,5%	7
MDN	€ 4 711 643,10	46,1%	€ 4 139 929,43	78,7%	1541
ME	€ 66 710 816,72	99,2%	€ 4 559 030,73	66,2%	23344
MEID	€ 6 568 800,00	100,0%	€ 2 066 384,46	97,2%	17
MFAP	€ 40 131 669,00	99,1%	€ 6 009 960,03	77,4%	133
MJ	€ 46 625 070,00	99,2%	€ 6 633 607,17	52,9%	4699
MNE	€ 4 442 363,58	76,3%	€ 1 008 674,15	40,1%	97
MOPTC	€ 9 011 643,47	79,4%	€ 959 529,81	77,7%	88
MS-UMC	€ 46 600 101,22	91,0%	€ 9 493 766,75	44,2%	1688
MS-ACSS					
MTSS	€ 47 821 022,43	86,5%	€ 16 138 479,21	35,4%	667
PCM					
Consolidado	€ 320 003 851,86	87,2%	€ 64 429 125,98	46,5%	33927

Isto verifica-se essencialmente em categorias como Combustíveis Rodoviários, Licenciamento de Software, Comunicações (móveis e fixas), Serviços de Higiene e Limpeza e Vigilância e Segurança, cujos acordos quadro estiveram em vigor durante todo esse período (Quadro 7).

De referir que os acordos quadro de Combustíveis Rodoviários e de Serviço Móvel Terrestre estão em vigor desde Setembro de 2008.

Quadro 7 - Categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro - Peso das aquisições realizadas ao abrigo de acordos quadro - Dados reportados pela UMC

Categorias com Acordos Quadro celebrados pela ANCP	Total das Aquisições ao abrigo de AQ para 2011 (reportado no âmbito da análise intercalar do PNCP 2011)		Total de aquisições realizadas até 30/06/11 (reportado no âmbito da análise intercalar do PNCP 2011) (ii)	Total de aquisições ao abrigo de acordos quadro da ANCP realizadas até 30/06/11 (reportado no âmbito da análise intercalar do PNCP 2011)	
	Em valor (i)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (i)/(A)		Em valor (iii)	% Total de aquisições realizadas até 30/06/11 (iii)/(ii)
Combustíveis Rodoviários	€ 28 251 054,79	97,3%	€ 15 260 753,77	€ 10 808 890,78	70,8%
Comunicações	€ 494 340,00	18,7%	€ 15 542 300,08	€ 35 199,32	0,2%
Cópia e Impressão	€ 8 965 563,34	87,2%	€ 1 779 362,48	€ 702 378,47	39,5%
Energia	€ 82 000,00	67,7%	€ 812 045,79	€ 211 765,45	26,1%
Equipamento Informático	€ 15 582 235,94	80,6%	€ 3 066 463,03	€ 1 139 680,34	37,2%
Higiene e Limpeza	€ 49 472 012,08	92,2%	€ 14 543 009,90	€ 8 321 034,79	57,2%
Licenciamento de Software	€ 31 813 289,98	78,8%	€ 13 704 865,63	€ 10 603 987,65	77,4%
Mobiliário de Escritório	€ 4 824 719,79	79,0%	€ 1 630 439,33	€ 854 148,91	52,4%
Papel, Economato e Consumíveis de Impressão	€ 29 391 941,88	89,3%	€ 17 692 546,87	€ 7 121 627,72	40,3%
Plataformas para Contratação Pública	€ 288 459,66	57,2%	€ 252 423,85	€ 234 272,97	92,8%
Refeições Confeccionadas	€ 75 990 818,00	97,6%	€ 13 366 059,40	€ 6 958 567,93	52,1%
Seguro Automóvel	€ 650 418,72	79,4%	€ 386 310,42	€ 191 123,38	49,5%
Serviço de Comunicações de Voz e Dados em Local Fixo	€ 11 374 541,57	50,3%	€ 5 645 973,47	€ 846 128,99	15,0%
Serviço Móvel Terrestre	€ 7 776 455,35	62,4%	€ 2 771 710,73	€ 1 023 978,02	36,9%
Veículos Automóveis e Motociclos	€ 6 923 931,93	89,1%	€ 1 383 693,07	€ 1 547 290,70	111,8%
Vigilância e Segurança - Serviços	€ 31 461 472,96	95,3%	€ 22 121 199,19	€ 12 011 085,45	54,3%
Vigilância e Segurança	€ 16 660 595,84	95,8%	€ 8 560 582,52	€ 1 817 965,12	21,2%
Consolidado	€ 320 003 851,86	87,2%	€ 138 519 739,53	€ 64 429 125,98	46,5%

No Quadro 8 pode verificar-se que, considerando apenas as aquisições em categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, há ainda um significativo potencial de centralização, já que em termos agregados foram centralizadas nas UMC apenas 61,2% do total de aquisições efectuadas até 30 de Junho de 2011.

As UMC do MEID, do MFAP e do MJ foram as que registaram níveis de centralização mais elevados, próximos dos 100%, de acordo com o disposto nos respectivos despachos centralizadores, que lhes atribuíram a competência para desenvolvimento de procedimentos aquisitivos em todas as categorias elencadas pela Portaria nº 420/2009 de 20 de Abril, entretanto actualizada pela Portaria nº 103/2011, de 14 de Março.

Quadro 8 - Categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro - Dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das Aquisições centralizadas na UMC para 2011 (reportado no âmbito da preparação do PNCP 2011)		Total de aquisições centralizadas na UMC realizadas até 30/06/11	
	Em valor (7)	% Total para 2011 (PNCP 2011) (7)/(1)	Em valor (8)	% Total Aquisições até 30Jun11 (8)/(3)
MADRP	€ 6 388 722,31	54,2%	€ 1 591 512,16	32,2%
MAI	€ 18 521 000,00	45,6%	€ 7 322 160,01	42,0%
MAOT	€ 2 011 622,70	16,5%	€ 374 538,43	8,2%
MC	€ 3 364 636,02	50,5%	€ 1 715 578,21	28,9%
MCTES	€ 3 449,66	0,8%	€ 4 379,21	1,9%
MDN	€ 6 277 723,10	61,4%	€ 2 319 904,91	44,1%
ME	€ 22 740 000,00	33,8%	€ 4 255 699,13	61,8%
MEID	€ 6 418 800,00	97,7%	€ 2 266 576,96	106,6%
MFAP	€ 40 118 015,00	99,1%	€ 4 327 061,42	55,7%
MJ	€ 47 022 390,00	100,0%	€ 14 150 627,71	112,9%
MNE	€ 5 556 074,91	95,4%	€ 2 342 189,96	93,1%
MOPTC	€ 6 630 076,12	58,4%	€ 1 042 703,48	84,4%
MS-UMC	€ 40 725 923,65	79,5%	€ 557 839,12	2,6%
MS-ACSS				
MTSS	€ 20 806 193,83	37,7%	€ 3 058 208,59	6,7%
PCM				
Consolidado	€ 226 584 627,30	61,8%	€ 45 328 979,31	32,7%

O quadro 9 refere-se a compras em categorias no âmbito de acordos quadro celebrados pela ANCP efectuadas com critérios ecológicos. Em termos consolidados, as compras ecológicas representaram pouco mais de 26% do total de aquisições do primeiro semestre do ano.

As UMC do MAI, MDN, ME e MEID foram as que registaram quotas de compras ecológicas superiores a 50% até 30 de Junho.

Quadro 9 - Categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro - Dados reportados pelas UMC

Ministério (estrutura até Junho 2011)	Total das aquisições com critérios ecológicos realizadas até 30/06/11		Nº total de procedimentos de aquisições com critérios ecológicos, até 30/06/11	
	Em valor (9)	% Total Aquisições até 30Jun11 (9)/(3)	Nº de procedimentos (10)	% Total Procedimento até 30Jun11 (10)/(6)
MADRP	€ 2 273 928,96	46,0%	44	22,2%
MAI	€ 9 552 458,86	54,8%	96	10,4%
MAOT	€ 563 897,54	12,4%	60	13,2%
MC	€ 96 914,76	1,6%	6	8,3%
MCTES	€ 87 287,49	38,1%	0	0,0%
MDN	€ 3 963 193,22	75,3%	373	24,2%
ME	€ 4 607 605,98	66,9%	9150	39,2%
MEID	€ 1 139 963,65	53,6%	14	82,4%
MFAP	€ 11 331,10	0,1%	0	0,0%
MJ	€ 1 113 551,48	8,9%	77	1,6%
MNE	€ 705 762,08	28,0%	12	12,4%
MOPTC	€ 136 365,75	11,0%	7	8,0%
MS-UMC	€ 7 770 107,41	36,2%	888	52,6%
MS-ACSS				
MTSS	€ 4 283 247,84	9,4%	302	45,3%
PCM				
Consolidado	€ 36 305 616,13	26,2%	11029	32,5%

6 Planos Ministeriais de Compras

De seguida será apresentada uma breve análise dos dados reportados por cada UMC, salientando os aspectos que nos parecerem mais relevantes.

6.1 Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

Até à data não foram reportados quaisquer dados.

6.2 Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

O total agora previsto por esta UMC para as aquisições a realizar durante todo o ano de 2011 é cerca de 7% inferior ao que havia sido indicado no âmbito do PNCP 2011 (€14,9 milhões vs. €16,1 milhões) (Quadro 1).

Do novo total, foram realizadas no primeiro semestre do ano aquisições correspondentes a 46% desse valor, ou seja, cerca de € 6,9 milhões (Quadro 1).

As aquisições ao abrigo de acordos quadro celebrados pela ANCP equivaleram a aproximadamente 15% do total de aquisições realizadas até 30 de Junho (Quadro 2).

No primeiro semestre foram efectuados pela UMC procedimentos que representaram cerca de 45% do total das aquisições realizadas nesse período (Quadro 3).

No que respeita às aquisições em categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, esta UMC estima que se mantenha o total de aquisições indicado no PNCP 2011 (€5,8 milhões). Até 30 de Junho foram realizadas aquisições correspondentes a 43% deste total (Quadro 5).

Higiene e Limpeza e Comunicações (fixas e móveis) foram as categorias em que se registaram, neste Ministério, desvios mais significativos entre o total adquirido e o realizado ao abrigo dos respectivos acordos quadro.

6.3 Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP)

A UMC do MFAP apresenta uma estimativa para aquisições em todas as categorias durante o ano de 2011 que é mais do dobro do indicado no PNCP 2011 (€68,8 milhões vs. €138,4 milhões agora) (Quadro 1).

As aquisições realizadas no primeiro semestre de 2011 (€64,9 milhões) ficam ligeiramente abaixo do valor que havia sido indicado no PNCP 2011 para todo o ano de 2011 (Quadro 1).

Relativamente às categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP, o total das aquisições previstas para 2011 (€15,1 milhões) é de apenas 37,2% do que o que tinha sido estimado no PNCP 2011. No primeiro semestre foram já efectuadas aquisições correspondentes a cerca de metade deste total (Quadro 5).

Face à disparidade dos valores apresentados no âmbito do PNCP 2011 e no âmbito desta análise intercalar, não é possível retirar considerações mais detalhadas.

6.4 Ministério da Defesa Nacional (MDN)

Esta UMC indicou, para a presente análise, um valor total de aquisições que equivale a mais de 10 vezes a estimativa submetida aquando da elaboração do PNCP 2011 (€279,9 milhões agora reportados vs. anteriormente submetidos €26,7 milhões) (Quadro 1).

Considerando apenas as categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, esta UMC prevê para todo o ano de 2011 um valor de aquisições cerca de 6% inferior ao que havia sido reportado no PNCP 2011 (€ 9,6 milhões vs. € 10,2 milhões) (Quadro 5).

Esta diferença explica-se essencialmente pelo facto de 2 organismos de grande dimensão (Exército e Marinha), entre outros, terem enviado dados no âmbito da presente análise quando não o haviam feito para a preparação do PNCP 2011.

O nível de execução de aquisições no primeiro semestre correspondeu a cerca de 52% do total previsto para todo o ano de 2011 (Quadro 1).

As aquisições ao abrigo dos acordos quadro celebrados pela ANCP realizadas no primeiro semestre de 2011 corresponderam a menos de 3% do total de aquisições desse período, para todas as categorias (Quadro 2).

Considerando apenas as aquisições em categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, 79% das aquisições foram realizadas ao abrigo dos respectivos acordos quadro. As categorias de Comunicações (fixas e móveis) foram as que registaram uma maior taxa de aquisições fora dos respectivos acordos quadro (Quadro 6).

É ainda de salientar que o peso das aquisições totais efectuadas até 30 de Junho e resultantes de procedimentos centralizados tenha sido inferior a 2%. Considerando apenas as categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, e tendo em conta que estão atribuídas a esta UMC as competências para o lançamento de procedimentos centralizadas para todas as categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro, o nível de centralização foi de 44% no mesmo período (Quadro 3).

6.5 Ministério da Administração Interna (MAI)

De acordo com os dados agora reportados, o MAI prevê que o total das aquisições para 2011 seja de €104,9 milhões, 46% acima dos €71,8 milhões indicados no PNCP 2011 (Quadro 1).

Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições no valor de €52,8 milhões, que correspondem a 73,6% do montante reportado no PNCP 2011 para todo o ano (Quadro 1).

As aquisições de categorias no âmbito de acordos quadro celebrados pela ANCP agora estimadas para 2011 (€28 milhões) correspondem a 69% do valor reportado no PNCP 2011 (€40,6 milhões). Até 30 de Junho tinham sido efectuadas por este Ministério aquisições correspondentes a cerca de 62,2% do total do ano agora indicado (€17,4 milhões) (Quadro 5).

Com base nos dados enviados pela UMC do MAI, apenas 54,7% das aquisições nas categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro foram realizadas ao abrigo dos mesmos. Comunicações (fixas e móveis) e Vigilância e Segurança são os casos com maior peso em aquisições fora dos respectivos acordos quadro (Quadro 6).

De referir, positivamente, que o despacho centralizador que atribui competências a esta UMC para a condução de procedimentos aquisitivos nas categorias com acordos quadro para todos os organismos tutelados por este Ministério apenas foi publicado a 5 de Julho de 2011, e não obstante este facto, foram reportadas no primeiro semestre de 2011 aquisições centralizadas correspondentes já a 42,0% do total das aquisições destas categorias (Quadro 8).

6.6 Ministério da Justiça (MJ)

Os dados finais submetidos pela UMC do MJ indicam que o total de aquisições deste Ministério estimadas para o total de 2011 (€57,9 milhões) corresponde a um aumento de 9,6% face aos €52,9 milhões indicados no âmbito do PNCP 2011 (Quadro 1).

As aquisições efectuadas até 30 de Junho por este Ministério para o total das categorias ascendem a €21,4 milhões. Este total equivale a um nível de execução de 37% face à estimativa agora revista para aquisições a realizar durante todo o ano de 2011 (Quadro 1).

Esta UMC reviu para €41,3 milhões o total de aquisições a realizar em categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP para o ano de 2011. Este valor é 12% abaixo do referido no PNCP 2011. As aquisições efectuadas no primeiro semestre representaram 30,4% da estimativa para 2011 (Quadro 5).

6.7 Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID)

A UMC do MEID reviu em alta o total de aquisições para todo o ano de 2011 (+ 42%), reportando agora €9,3 milhões quando no PNCP 2011 havia indicado €6,6 milhões (Quadro 1).

De referir que no âmbito do PNCP 2011 a UMC do MEID apenas havia indicado para todo o Ministério para 2011 aquisições em categorias para as quais a ANCP havia celebrado acordos quadro.

Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições em todas as categorias correspondentes a pouco mais de um terço deste total (€3,3 milhões) (Quadro 1).

A UMC indica agora €6,0 milhões como estimativa para aquisições em categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP para todo o ano de 2011, menos 12% do que o reportado no PNCP 2011 (Quadro 5).

Face à disparidade dos valores apresentados no âmbito do PNCP 2011 e no desta análise intercalar, e a algumas incongruências nos dados reportados, não é possível retirar considerações mais detalhadas.

6.8 Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)

Esta UMC reportou no âmbito da presente análise uma estimativa para o total de aquisições do Ministério para 2011 que representa apenas 34% do valor indicado na elaboração do PNCP 2011 (€8,0 milhões vs. €23,3 milhões) (Quadro 1).

A grande diferença surge no conjunto das categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro – consideradas transversais a toda a Administração Públicas e por consequência cruciais para o funcionamento dos organismos -, já que o valor de €11,4 milhões apresentado por esta UMC no PNCP 2011 cai agora 84% para €1,8 milhões. Dois terços do total destas aquisições foram efectuados no primeiro semestre (Quadro 5).

Face à disparidade dos valores apresentados no âmbito do PNCP 2011 e no desta análise intercalar, e a algumas incongruências nos dados reportados, nomeadamente quanto à aderência de alguns valores à realidade, não é possível retirar considerações mais detalhadas.

6.9 Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP)

Os dados submetidos por esta UMC prevêm um valor de aquisições para o ano de 2011 correspondente a apenas 36% do montante reportado no PNCP 2011 (€102,1 milhões vs. os €36,4 milhões agora indicados) (Quadro 1).

A diferença prende-se essencialmente com a forte redução nos valores estimados para aquisições em categorias para as quais a ANCP não celebra acordos quadro, já que o montante previsto no PNCP 2011 apontava para €90,3 milhões de euros e de acordo com os dados agora reportados tal verba cai para €25,3 milhões (Quadro 1 e 2, por diferença).

Os constrangimentos causados pela morosidade na obtenção das confirmações dos cabimentos por parte de DGO e as formalidades previstas nos artigos 3º e 4º da Portaria n.º 4-A/2011, de 03 de Janeiro, prévios às decisões de contratar, são as principais razões apontadas pela UMC para este decréscimo.

Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições no valor de €14,1 milhões, correspondentes a 38,9% da estimativa para o ano de 2011 (Quadro 1).

O total estimado para 2011 para aquisições nas categorias no âmbito de acordos quadro celebrados pela ANCP registou um decréscimo de cerca de 4% entre os 2 momentos de reporte de informação (de €11,8 milhões para €11,3 milhões agora estimados). Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições no valor de €5,0 milhões nestas categorias (Quadro 5).

Até 30 de Junho, e de acordo com os dados reportados por esta UMC, apenas 52,4% do total de aquisições em categorias nas quais a ANCP celebrou acordos foram efectuadas ao abrigo dos respectivos acordos quadro. Comunicações (fixas e móveis), Combustíveis Rodoviários e Licenciamento de Software foram as categorias em que as aquisições fora dos respectivos acordos quadro mais pesaram (Quadro 6).

As aquisições nas categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP com procedimentos centralizados na UMC representaram sensivelmente um terço das aquisições efectuadas no primeiro semestre de 2011 (32,2%) (Quadro 8).

6.10 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT)

A UMC reportou no âmbito desta análise intercalar um valor total de aquisições estimado para 2011 que corresponde a cerca de 340% do valor que havia sido submetido no PNCP 2011 para o mesmo período (€91,4 milhões vs. €26,7 milhões). Este incremento resulta em grande parte da diferença no número e dimensão dos organismos que reportaram a informação solicitada nos dois momentos (Quadro 1).

Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições no valor de €25,3 milhões, ou 27,7% do total agora estimado para 2011 (Quadro 1).

No que respeita às aquisições para 2011 em categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP, o total reportado por esta UMC mantém-se praticamente inalterado: €12,2 milhões indicados no PNCP 2011 e €12,3 milhões agora (+1,2%). Até 30 de Junho foram efectuadas aquisições totalizando €4,6 milhões (Quadro 5). Apenas 20,7% foram efectuadas ao abrigo dos respectivos acordos quadro (Quadro 6).

As categorias com acordos quadro em vigor durante todo o primeiro semestre de 2011 e que registaram maiores índices de aquisições fora dos mesmos são Combustíveis Rodoviários, Comunicações (fixas e móveis), Licenciamento de Software, Higiene e Limpeza e Vigilância e Segurança.

A UMC centralizou apenas €374 mil das aquisições com acordos quadro celebrados pela ANCP durante o primeiro semestre de 2011, o que equivale a pouco mais de 8% das aquisições efectuadas nestas categorias. Esta UMC apenas centraliza 4 categorias (Quadro 8).

6.11 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)

A UMC do MTSS indicou, no âmbito da presente análise, um valor estimado para aquisições do Ministério em 2011 de €210,5 milhões. Este valor equivale a 247,8% do que havia sido reportado aquando da elaboração do PNCP 2011 (€85,0 milhões) (Quadro 1).

Esta UMC é a que apresenta um nível de execução mais elevado a 30 de Junho de 2011, já que nesta data tinham já sido efectuadas aquisições correspondentes a 63,4% do montante previsto para todo o ano (€133,4 milhões) (Quadro 1).

A UMC reportou agora um total de €66,7 milhões para aquisições em 2011 em categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP, representando um incremento de 20,8% face ao indicado no PNCP 2011 (Quadro 5).

Até 30 de Junho foram realizadas aquisições em categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP no valor de €16,1 milhões (Quadro 2).

Nestas categorias, mas fora de acordos quadro, registaram valores mais elevados as aquisições nas categorias de Combustíveis Rodoviários, Comunicações, Refeições Confeccionadas, Higiene e Limpeza e Vigilância e Segurança.

De referir que o contrato actual para a prestação de serviços de Higiene e Limpeza resulta de um concurso público lançado pela UMC antes da entrada em vigor do acordo quadro.

Apesar de terem sido estes os dados submetidos, e de acordo com a UMC, estes não espelham a realidade no que diz respeito ao nível de utilização dos acordos quadro, ficando antes a dever-se a um deficiente preenchimento dos dados por parte dos organismos.

Face à disparidade dos valores apresentados no âmbito do PNCP 2011 e no desta análise intercalar, não é possível retirar considerações mais detalhadas.

6.12 Ministério da Saúde (MS)

UMC

Esta UMC reportou no PNCP 2011 um total de aquisições para 2011 de €175 milhões, agora corrigido para €385,4 milhões (+ 120,2%). No final do primeiro semestre tinham sido efectuadas aquisições correspondentes a cerca de metade deste montante (€193,4 milhões) (Quadro 1).

As aquisições de categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP deverão atingir os €73 milhões até final do ano, tendo já sido efectuadas aquisições no valor de €21,5 milhões (ligeiramente abaixo dos 30%). No PNCP 2011 a UMC havia indicado €51,2 milhões para aquisições em 2011 (Quadro 5).

Com base nos dados agora reportados por esta UMC, 56% do total das aquisições do primeiro semestre em categorias para as quais a ANCP celebrou acordos quadro foram efectuadas fora dos mesmos (Quadro 6).

O peso residual das aquisições centralizadas versus o total de aquisições realizadas no primeiro semestre explica-se pelo facto de estarem ainda a decorrer vários procedimentos na UMC (Quadro 8).

Dos acordos quadro que vigoraram durante todo o primeiro semestre de 2011, Comunicações (fixas e móveis), Combustíveis Rodoviários, Refeições Confeccionadas e Serviços de Vigilância e Segurança foram as categorias em que as aquisições fora dos respectivos acordos quadro mais pesaram.

Os dados agora submetidos por esta UMC no âmbito da presente análise agregam todos os organismos que não integram o SNS. Aquando da elaboração do PNCP 2011 não tinham enviado dados a ACSS (para as aquisições que se reportam às necessidades internas daquele instituto), a ARS Alentejo e o INEM. Esta diferença no número de organismos explica a divergência de valores apresentados para os dois momentos de análise.

ACSS

Até à data não foram reportados quaisquer dados relativos a organismos do SNS.

6.13 Ministério da Educação (ME)

Esta UMC reportou no âmbito da presente análise um total de €91,4 milhões para aquisições em 2011, menos cerca de 5% do que o indicado no PNCP 2011 para o mesmo período (Quadro 1).

O valor previsto para as aquisições de categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP foi agora revisto em baixa, tendo passado de €67,3 para €59,9 milhões. Do total agora estimado, foram efectuadas até 30 de Junho aquisições correspondentes a apenas 11,5% (Quadro 5).

Comunicações (fixas e móveis) e serviços de Vigilância e Segurança são as categorias que apresentam níveis mais elevados de aquisições fora dos acordos quadro. A diferença registada em Licenciamento de Software explica-se essencialmente pelos pedidos de excepção aprovados para aquisição de software específicos para trabalho escolar (elaboração de horários, etc.).

6.14 Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

A UMC do MCTES foi a que reportou, quer aquando da preparação do PNCP 2011, quer no âmbito desta análise intercalar, dados de um menor número de organismos. Para além da baixa aderência dos dados reportados à realidade do Ministério, verificam-se grandes variações nos valores reportados nos dois momentos, o que impede uma análise detalhada.

Importa apenas referir que valor de €1,5 milhões para o total de aquisições para 2011 reportado no final de 2011 foi agora incrementado para €5,3 milhões, embora esteja ainda muito aquém do que será a realidade deste Ministério (Quadro 1).

De referir, por exemplo, que os dados agora enviados por esta UMC incluem apenas os seguintes organismos:

- Gabinete do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ex-Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Instituto de Meteorologia;
- Instituto de Investigação Científica e Tropical;

- Direcção-Geral Ensino Superior;
- Centro Científico e Cultural de Macau;
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.

Não está aqui representado, por exemplo, qualquer organismo de ensino superior, seja Universidade ou Instituto Politécnico.

Os dados relativos às compras ecológicas foram submetidos apenas pelo ex-Gabinete do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ex-Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria-Geral do ex-MCTES.

Para a elaboração do PNCP 2011 havia submetido dados os organismos a seguir indicados:

- Gabinete do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ex-Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Inspeção-Geral do Ex-MCTES

Os organismos que submeteram informação representam uma parte muito reduzida do ex-MCTES, pelo que não farão sentido outras considerações aos dados enviados à ANCP. Além do mais, verificam-se algumas incongruências que dificultam igualmente qualquer tipo de análise.

6.15 Ministério da Cultura (MC)

Esta UMC reportou como montante previsto para o total de aquisições de 2011 €30,0 milhões, cerca de 41% acima dos €21,1 milhões indicados no PNCP 2011. Do total agora revisto, foram efectuadas até 30 de Junho aquisições correspondentes a 38,9% do total (€11,7 milhões) (Quadro 1).

As aquisições de bens e serviços de categorias com acordos quadro celebrados pela ANCP deverão atingir os €8,4 milhões até final do ano, tendo já sido realizadas aquisições nestas categorias que totalizam €5,9 milhões (Quadro 5).

De referir que os mais €4,4 milhões de serviços de Higiene e Limpeza e a Contratação da Plataforma Electrónica de Contratação reportados como aquisições no primeiro semestre de em 2011 foram efectuados fora dos acordos quadro celebrados pela ANCP. As categorias de

Vigilância e Segurança de Comunicações (fixas e móveis) registam igualmente elevados índices de aquisições fora dos respectivos acordos quadro.

7 Plano Anual de Necessidades do PVE

7.1 Veículos Automóveis e Motociclos

A Direcção de Veículos do Estado (DVE) centralizou e conduziu procedimentos de contratação de veículos automóveis e motociclos totalizando uma despesa prevista de € 3,9 milhões que corresponde a 13,8% da previsão de despesa total para 2011 (€ 28,4 milhões) conforme consta do Mapa I.

Dos 14 procedimentos lançados em 2011, para satisfação de 50 pedidos de contratação submetidos no SGPVE, apenas 6 foram adjudicados e os restantes resultaram em não adjudicações decorrentes de questões formais da apresentação de propostas, conforme resulta da análise comparativa entre o Mapa I e II.

No que respeita às contratações de veículos em AOV, não houve qualquer adjudicação de procedimentos lançados em 2011. Em relação à aquisição, dos 135 veículos, 101 destinam-se ao apoio à saúde sendo que 21 são para fins de emergência médica.

Mapa I – Procedimentos de contratação lançados em 2011

Lançamento	AOV		Aquisição		Total
<i>Pedidos 2010</i>	12	85,71%	2	14,29%	14
<i>Pedidos 2011</i>	29	80,56%	7	19,44%	36
Pedidos - Total	41	82,00%	9	18,00%	50
N.º Entidades	31	81,58%	7	18,42%	38
N.º Veículos	65	34,39%	124	65,61%	189
Proced. de Contratação	4	28,57%	10	71,43%	14
Despesa Prevista	1.601.520,00 €	40,81%	2.322.800,00 €	59,19%	3.924.320,00 €

Mapa II – Procedimentos de contratação adjudicados em 2011

Adjudicação	AOV		Aquisição		Total
<i>Procedimentos 2010</i>	1	33,33%	2	66,67%	3
<i>Procedimentos 2011</i>	0	0,00%	6	100,00%	6
Proced. de Contratação	1	11,11%	8	88,89%	9
N.º Entidades	4	40,00%	6	60,00%	10
N.º Veículos	4	2,88%	135	97,12%	139
Despesa 2010	115.680,00 €	10,36%	1.001.389,75 €	89,64%	1.117.069,75 €
Despesa 2011	0,00 €	0,00%	1.554.499,59 €	100,00%	1.554.499,59 €
Despesa Total	115.680,00 €	4,33%	2.555.889,34 €	95,67%	2.671.569,34 €

Nota: Foram contemplados procedimentos de contratação iniciados em 2010 com adjudicação em 2011, por terem a sua despesa prevista efectivada em 2011.

Conclui-se assim que o total de despesa na categoria de veículos automóveis e motociclos não alcançou os € 2,7 milhões que corresponde apenas a 9,40% da despesa total prevista no CNCP de 2011 (€ 28,4 milhões).

No que respeita a previsões de contratações até ao final do ano de 2011, dada a inexistência de Acordo Quadro para a categoria, não se prevê que haja qualquer adjudicação, uma vez que, mesmo que se opte por outro tipo de contratações, o tempo que medeia entre a preparação dos procedimentos e a sua adjudicação já não permite adjudicações em tempo útil, ou será sempre residual. Mesmo que o referido Acordo Quadro entre em vigor, no início de Setembro, o número de pedidos que será possível adjudicar ainda em 2011 será diminuto, uma vez que a manifestação de necessidades não tem tido expressão relativamente ao que ocorreu em 2010.

Globalmente, o primeiro semestre de 2011 caracterizou-se por uma redução significativa na manifestação de necessidades por parte dos organismos vinculados ao PVE, nomeadamente no que diz respeito às forças militares e de segurança que não submeteram qualquer pedido em 2011.

7.2 Seguro Automóvel

A categoria de seguro automóvel encontra-se centralizada na ANCP, apenas para os veículos cujo procedimento de contratação foi conduzido pela Direcção de Veículos do Estado.

Durante o primeiro semestre a DVE adjudicou apenas 6 contratos de seguro que rondam uma despesa global de € 7,0 mil repartida por 2 anos.

A despesa total prevista no PNCP para 2011 foi de € 590,0 mil, mas inclui os seguros automóvel a contratar pelos organismos para a frota existente e cujo procedimento de contratação não foi conduzido pela DVE.

8 Conclusões

Como conclusão, a ANCP recomenda que as UMC desenvolvam de forma mais assertiva o seu papel crítico no processo de recolha, tratamento e validação da informação reportada à ANCP.

Com efeito, verifica-se uma manifesta falta de aderência à realidade dos dados submetidos pela generalidade dos Ministérios, o que se apresenta como um dos principais entraves a uma análise mais profunda e, desejava-se, mais colaborativa e construtiva.

Como facilmente se vê ao longo do documento, é necessário um levantamento mais rigoroso da informação junto dos organismos tutelados por cada Ministério.

Nesta matéria salienta-se:

- O elevado número de organismos que não reportaram informação sobre as aquisições efectuadas e a efectuar em 2011
- O número de organismos que reporta a informação em cada momento é distinto, o que impossibilita análises comparativas conclusivas
- A inconsistência entre os dados apresentados por vários Ministérios, o que reforça a necessidade de uma validação prévia por parte de cada UMC dos dados submetidos pelos vários organismos
- A elevada disparidade entre os montantes reportados no âmbito do PNCP 2011 e os agora submetidos